

O STATUS ONTOLÓGICO DA LÓGICA III

INTRODUÇÃO

No segundo trabalho desta série, oferecemos crítica às razões que levaram Sampaio a colocar a Lógica da Diferença **D** ao lado e em igualdade de condições com a Lógica Transcendental **I**, na constituição do território da lógica (Logos). Nesse trabalho, justificamos ser conveniente adotar a perspectiva subjetiva na consideração do problema, porque a entendemos mais adequada à questão.

Esclarecemos, na ocasião, que o vislumbre dos limites do modelo dialético de Sampaio tinha sido possibilitado pela adoção de um modelo referencial distinto, modelo esse resultante da hipótese de o universo estar sujeito a um poder normativo universal que enseja organizar o âmbito do fenômeno em instâncias dimensionais.

Observamos que essa visão dimensional do mundo confirmava quase todas as percepções de Sampaio quanto às lógicas integrantes do Logos, mas que, curiosamente, gerava uma estrutura diferente da sampaiana em três pontos: 1. não confirmava o grau de independência que Sampaio conferia à Lógica da Diferença; 2. invertia a ordem das lógicas Clássica e Dialética na estrutura e 3. conceituava e caracterizava diferentemente a quinta lógica da estrutura, designada por Sampaio *hiperdialética quinquitária*.

Mesmo sem explicitar o modelo que usamos como referência, ao considerar a primeira dessas três questões, justificamos a adoção da perspectiva subjetiva e chegamos a derivar dela uma organização do Logos que invertia a posição das lógicas clássica e dialética na estrutura. Nesse novo modelo, a obtenção das demais lógicas seria alcançada pela reiterada aplicação da diferença. Como resultado, mantendo a formalização proposta por Sampaio, obteríamos: **I**, **I/D**, **I/D²**, **I/D³** e **I/D⁴**, indicando, respectivamente, a lógica da identidade, a lógica da diferença, a lógica clássica, a lógica dialética e a lógica hiperdialética.

Obviamente, essa estrutura (**I**, **I/D**, **I/D²**, **I/D³** e **I/D⁴**), da forma como foi apresentada, não pode ser tomada como uma proposição alternativa à estrutura defendida por Sampaio, porque a sua formação não foi justificada. É evidente que as instâncias mais complexas da estrutura são obtidas pela reiteração da diferença, da mesma forma que se percebe certa harmonia formal na estrutura, mas isso não é suficiente para arguir correlação entre a identidade formal que cada lógica ganha na estrutura e o correspondente padrão operativo. Para isso, seria necessário demonstrar que a reiteração da diferença, além de nos permitir transitar de uma lógica para outra,

seria capaz de explicar os padrões operativos das lógicas. Sem isso, essa estrutura pode, virtualmente, indicar apenas o desdobramento formal da notação simbólica, sem qualquer correlação com a realidade objetivada.

Na verdade, Sampaio adotou a síntese dialética generalizada como critério de desdobramento da estrutura, também sem justificar essa solução, ou, ao menos, eu não consegui encontrar essa justificativa no material de que disponho. De qualquer modo, não se pode desconhecer que estamos diante, se não de uma flagrante fragilidade teórica do modelo, ao menos de justificação insuficiente.

Assim, aqui, neste terceiro trabalho, vamos considerar as questões 2 e 3, na perspectiva de esclarecer plenamente a estrutura subjacente. Para tanto, vamos partir da especificação do modelo dimensional de mundo que adotamos como referência, esperando, com isso, formalizar modelo descritivo do território da lógica, positivamente justificado, mediante argumentos de convicção capazes de superar os inconvenientes apontados.

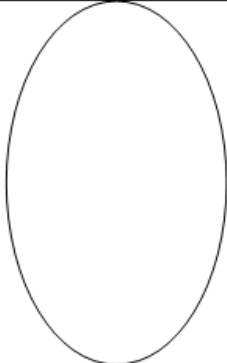
O MODELO DIMENSIONAL DE UNIVERSO

Constitui solução consagrada pela ciência a caracterização do espaço com auxílio das ordenadas cartesianas. Descartes, no século XVII, percebeu que o âmbito do espaço contempla três dimensões: *altura*, *largura* e *profundidade*. Einstein, três séculos depois, estudando os fenômenos magnéticos, percebeu que essa caracterização do espaço era insuficiente para contemplar o âmbito de tais fenômenos. Concluiu que o tempo exigia um quarto número, além dos três números cartesianos, e usou o conceito de *campo* para indicar o âmbito dos fenômenos magnéticos.

A nossa hipótese considera que o conceito de *campo*, devidamente ajustado para campo existencial, pode ser utilizado para indicar o âmbito existencial de qualquer fenômeno e não indicar apenas o âmbito espaço-temporal dos fenômenos magnéticos e que esse campo existencial comporta cinco instâncias e não apenas quatro números, como proposto por Einstein. Cremos que neste trabalho, podemos dispensar maiores justificativas para adotar o conceito de campo para todos os fenômenos, tendo em vista que o conceito ajusta-se a isso intuitivamente. A quinta instância, por sua vez, justifica-se porque a diversidade fenomênica do mundo indica que os fenômenos são limitados ou possuem um âmbito limitado. Disso decorre possuírem os fenômenos completude, totalidade, de sorte que uma quinta instância torna-se indispensável justamente para indicar essa totalidade que, no modelo, vem a ser a instância relativa à totalidade do campo.

Qualquer observador atento percebe que a totalidade dos fenômenos instaura uma realidade que transcende à mera soma das partes. Com isso, observa-se que um modelo referencial que organiza o campo em dimensões ajusta-se à cultura vigente e não representa nem mesmo proposição muito inovadora. Apenas ampliou-se o que já se sabia. O modelo resultante explicita a composição do campo existencial em sua *extensão métrica*, correspondente ao âmbito do fenômeno e, por isso, admite expressão privilegiada na forma de diagrama, conforme a seguinte figura.

Figura 1

ESTRUTURA DO CAMPO		COMPLETUDE DO CAMPO
N	Dimensões desconhecidas	
4	Quarta dimensão	
3	Terceira dimensão	
2	Segunda dimensão	
1	Primeira dimensão	

Adotando uma perspectiva estrutural, como implícito na parte esquerda da figura, destacam-se as quatro dimensões conhecidas e mais um quinto âmbito **N**, relativo a possíveis dimensões de ordem superior à quarta, presentemente desconhecidas. Dado que a amplitude se estende da 1ª à enésima dimensão, fica garantido que o modelo abrange todo o âmbito do campo. Sua completude, porém, encontra melhor expressão na forma esférica ou ovóide, como indicado na parte direita da figura, existindo justificativas e razões geométricas que não cabem neste trabalho para entender que assim seja¹.

Nesse modelo, observa-se que as quatro primeiras instâncias, que possuem amplitudes dimensionais iguais a 1, 2, 3 e 4, definem um sentido de crescente complexidade e o desdobramento dessa complexidade crescente faz-se, instância por instância, segundo um mesmo critério: desdobrando uma dimensão adicional. Com isso, temos em mãos uma estrutura cuja composição e cuja lei de formação estão claramente definidas e cujo alcance abrange certamente todo o complexo espaço-temporal vislumbrado pela tradição científica.

Nesse modelo, a complexidade crescente interrompe-se na quarta dimensão, porque a espécie humana não consegue perceber nem compreender qualquer manifestação correspondente a uma virtual quinta dimensão. Mesmo que o universo

comporte manifestações dessa ordem, a espécie humana não desenvolveu recursos perceptivos para percebê-las. Apesar disso, não resta dúvida, somos capazes de perceber uma instância superior à quarta, esta, porém, correspondente à totalidade dos fenômenos.

Essa é apenas a feição, a aparência geral do modelo, a sua forma. Em sua essência relevante, esse modelo pretende representar o Poder Normativo Universal que, conforme hipótese que adotamos, condiciona a manifestação ôntica de todos os fenômenos e, assim também, como não podia deixar de ser, dos fenômenos subjetivos da consciência. Portanto, para completar as razões e as justificativas capazes de dar sustentação teórica ao modelo, falta defender a adoção da hipótese de existência de um poder normativo universal condicionando tudo e falta estabelecer a correspondência objetiva das cinco diferentes instâncias que o modelo destaca, verificando, adicionalmente, se o resultado potencializa um olhar mais revelador sobre o mundo.

Para quem encontre particular dificuldade em admitir a presença ontológica de um poder normativo universal, cumpre observar que, por hora, trata-se apenas de admitir isso como mera hipótese de trabalho, rigorosa e exatamente da mesma forma que a sua recusa ampara-se na hipótese contrária de o universo ter origem caótica e comportamento aleatório, justamente em face da ausência de invariantes universais².

Assim, embora atualmente a modernidade encontre-se seduzida por uma teoria do caos, um modelo ordenado e dimensional de universo, como já vimos, não constitui novidade alguma. Novo mesmo foi o olhar lançado sobre esse modelo, à luz da hipótese de um poder normativo universal, e surpreendente foi a constatação de que ele explicita com absoluta fidelidade os padrões de manifestação ôntica dos fenômenos.

Em geometria, o ponto é definido como *um lugar no espaço desprovido de dimensão*. A reta ideal é definida como a figura resultante do deslocamento de um ponto no espaço, em um único sentido e na mesma direção. A reta assim concebida caracteriza um universo provido de apenas uma dimensão. A reta ideal representa, pois, a amplitude disponível na instância unidimensional do nosso modelo.

Ora, em âmbito de amplitude dimensional unitária, o “espaço” disponível é bastante exíguo, e nem todo tipo de movimento pode ser realizado. Qual é, então, o tipo de movimento possível em um universo unidimensional? Tendo a reta ideal em mente, percebe-se que pode não haver movimento algum, pode surgir um movimento e estender-se no único sentido disponível e pode também o movimento cessar. Nada mais. No máximo, haver variações de velocidade, mas nada que altere o padrão:

surgir, estender-se, cessar. Esse padrão de movimento, como já vimos, é nosso conhecido: o padrão de movimento típico da Lógica Transcendental.

A precisão com que a Lógica Transcendental encaixa-se na instância de uma dimensão do modelo não decorre apenas do fato do movimento transcendental constituir o único movimento possível na amplitude ali disponível, mas também do fato de o movimento transcendental caracterizar-se como movimento criativo entre **não-ser** e **ser** ou, mais sintomaticamente, entre **0** e **1**: (**0** → **1**). Quando se olha a estrutura do modelo, no sentido inverso ao da complexidade ou no sentido da simplicidade: **4** → **3** → **2** → **1** → **0**, vemos emergir no modelo uma instância de zero dimensão, de pleno acordo com o exigido pela Metafísica. O modelo geométrico recebe a Metafísica com perfeição.

Embora essas duas condições se somem na justificação do modelo, o fator relevante é a correlação detectada entre a amplitude disponível na instância e o padrão de movimento típico da lógica, porque essa condição repete-se nas demais instâncias, em que cada amplitude disponível, potencializa um movimento típico que corresponde ao padrão de movimento de uma das lógicas conhecidas.

Imagine-se uma reta ideal vertical (de uma dimensão) desdobrando o plano ideal (de duas dimensões). O movimento de instalação da bidimensionalidade, a partir da reta, somente pode ser um movimento diversificador, como um leque abrindo-se igualmente para ambos os lados. Essa visão do leque abrindo-se para ambos os lados evidencia o caráter simétrico do movimento diversificador e revela não apenas como o âmbito bidimensional enseja o advento da diferença, mas também que a simetria constitui característica essencial dessa instância e, conseqüentemente, também da diferença. A identidade pode ser colocada isoladamente, mas a diferença não pode ser colocada sem a presença de um simétrico, ainda que esse simétrico permaneça velado ou oculto como Lacan e Sampaio bem perceberam. Eis aí a Lógica da Diferença de Sampaio, caracterizada como padrão de movimento típico de um âmbito dotado de duas dimensões.

Na instância seguinte, a amplitude tridimensional possibilita o advento do espaço cartesiano e, portanto, também o advento da matéria. O movimento típico da materialidade, como facilmente constatam nossos olhos, é a circularidade espacial que se manifesta na natureza, principalmente, como funcionalidade orgânica. Se levarmos em conta que o tempo apenas vai surgir na quarta dimensão, a circularidade presente na terceira não está sujeita à entropia, sendo, portanto, repetição estável e permanente em cadeia de causa e efeito que não se altera, mas apenas se repete. A possibilidade

de uma terceira opção está aqui completamente excluída, como bem determina o princípio do terceiro excluído que preside a Lógica Clássica da mera consequência. Por isso, o efeito, situado para além da causa, é plenamente previsível.

Na quarta dimensão, como bem observou Einstein, manifesta-se o tempo, e seu primeiro efeito é romper a estabilidade presente na terceira. O princípio entrópico corrói tudo e, embora o futuro se descortine sempre, dialeticamente, a partir de argumentos constituintes do presente, não há mais condições de determinar *a priori* as consequências. O futuro é incerto, embora não seja completamente aleatório, porque a síntese não pode fugir das determinações ou das possibilidades estruturais presentes nos argumentos que se defrontam.

A última instância do modelo, a instância da totalidade, sintomaticamente, não pode ser obtida pelo desdobramento adicional de outra dimensão além da quarta. Um desdobramento desse tipo nos levaria a uma quinta dimensão não inteligível. Para atingir a totalidade, é necessário executar um salto de feição transcendental, mudando radicalmente o modo de olhar e de pensar. Para compreender a natureza desse salto, é preciso ter em mente que os modos de pensar correspondentes às quatro primeiras dimensões constituem modos dicotômicos de pensar³, enquanto o pensamento correspondente à totalidade representa um pensamento de padrão complementar, situado para além das dicotomias, como nos ensina a geometria da superfície da esfera. Na contemplação da totalidade, não há antagonismos, mas apenas a indispensável complementaridade.

Assim, o modelo dimensional de universo, contempla uma visão interior e uma visão exterior dos fenômenos. A visão interior contempla quatro instâncias complementares que definem quase toda a estrutura constitutiva comum dos fenômenos. Essa estrutura revela-se hierarquicamente organizada. As quatro instâncias são obtidas pelo desdobramento reiterado da dimensão, o que viabiliza quatro amplitudes dimensionais distintas, cada uma delas potencializadora de um padrão de movimento específico, reconhecido como sendo o movimento típico de uma das quatro primeiras lógicas mencionadas por Sampaio. A visão exterior contempla a totalidade do fenômeno, situada para além das suas partes constitutivas, totalidade manifesta como movimento e poder integrador que se configura movimento típico de uma lógica de padrão complementar.

CONFRONTO DO MODELO DIMENSIONAL COM O MODELO DIALÉTICO

O modelo dialético gera a estrutura **I, D, I/D, D/D e I/D/D**, que indica as lógicas Transcendental, da Diferença, Dialética, Clássica e Hiperdialética, respectivamente.

O modelo dimensional gera a estrutura **I, I/D, I/D², I/D³ e H**, que indica as lógicas Transcendental, da Diferença, Clássica, Dialética e Holística, respectivamente.

Não há, entre as duas concepções, qualquer diferença de conceituação das lógicas Transcendental, da Diferença, Clássica e Dialética. Tampouco existe qualquer diferença de entendimento quanto aos seus padrões operativos ou quanto aos tipos de pensamento potencializados. As próprias lógicas são tomadas, nos dois casos, em sentido amplo, como padrões lógicos que, virtualmente, admitem manifestações variadas. Também, em ambos os casos, percebem-se presentes apenas cinco padrões lógicos distintos, vinculando-os a cinco tipos distintos de pensamento, correlatos de aspectos específicos dos fenômenos.

As diferenças são, basicamente, aquelas três mencionadas na introdução deste trabalho como questões a serem estudadas e resolvidas. Observe-se, porém, que tanto a diferença de *status* da lógica da diferença frente à lógica da identidade quanto a posição das lógicas dialética e clássica na estrutura e mesmo a diferença de conceituação da quinta lógica resultam, essencialmente, dos modelos dialético ou dimensional adotados.

A diferença de posicionamento da lógica da diferença, no caso do modelo dialético, colocada ao lado da lógica da identidade, como lógica fundamental, e, no caso do modelo dimensional, colocada adiante dela, como lógica da segunda instância, não altera o seu papel essencial na configuração da estrutura. Em ambos os casos, é o desdobramento da diferença que vai ensejar o advento das lógicas mais complexas. Afinal, o desdobramento de uma dimensão adicional equivale certamente a estabelecer uma diferença adicional. Nesse sentido, essa primeira diferença entre os modelos pode ser desprezada.

Ocorre, porém, que a caracterização da lógica da diferença como lógica da simples diferença e a impossibilidade de refutar a própria demonstração de Sampaio de que a lógica clássica constitui uma lógica da dupla diferença⁴ impõem o deslocamento da lógica dialética da terceira para a quarta posição da estrutura. Atente-se, simultaneamente, que esse deslocamento, por curioso que pareça, não altera os padrões operativos das lógicas clássica e dialética envolvidas. Por quê?

No meu entender, isso deve-se à questão central aqui envolvida, que já foi tangenciada no segundo artigo desta série: Sampaio adotou a solução da síntese dialética generalizada não como solução ideal, mas como solução de menor custo diante das opções representadas pelas perspectivas objetiva e subjetiva que, segundo ele, estabeleciam um conflito inconciliável. Isso significa que Sampaio captou as lógicas direta e corretamente, examinando o pensamento e, somente depois, foi em busca de um modelo capaz de reuni-las em estrutura homogênea. A síntese dialética foi a solução encontrada.

Por essa razão, também, embora Sampaio tenha percebido, com toda propriedade, a presença de um pensamento de feição complementar e não dicotômico, um pensamento de amor, não excludente, como aquele que fundamenta os movimentos ecológicos e pacifistas mundo afora, e o tenha colocado na estrutura na posição correta, entendeu-o como operação dialética complexa, envolvendo todos os tipos de pensamento, confundindo-o com o método de uso combinado de todas as faculdades humanas de pensar.

O modelo dimensional evita essa confusão e demonstra que a instância da totalidade dos fenômenos presidida por essa lógica complementar não se situa no horizonte de complexificação regular da estrutura interna, porque se trata de uma instância na qual as dicotomias já não estão mais presentes. I/D^4 como instância produzida pelo desdobramento de uma quinta dimensão ou pelo desdobramento de uma quarta diferença seria ainda uma instância dicotômica de algum modo, em face da herança recebida das lógicas anteriores. A Lógica Holística, caracterizada pela geometria da superfície da esfera, ao contrário, já não guarda qualquer traço dicotômico: sem os outros, a totalidade simplesmente não existe.

CONCLUSÃO

Parece justo concluir que a adoção de um modelo ou outro em si não altera a composição lógica do Logos nem amplia a capacidade mental dos humanos. O que pode fazer diferença é o uso metódico e combinado das cinco lógicas, em escala coletiva, como sonhou Sampaio particularmente para o Brasil. Um sonho ao qual me associo sem reservas.

Mas é justamente em nome desse sonho que cumpre lapidar o território das lógicas até o ínfimo detalhe, consolidando-o como plataforma potencializadora de uma visão mais completa do mundo e, conseqüentemente, de atitudes humanas mais competentes e conseqüentes diante da vida. É preciso considerar que a estrutura do Logos vai influir no método de uso combinado dos diferentes modos de pensar e, assim, impactar tanto os diagnósticos quanto os projetos gerados com tal perspectiva.

Nesse sentido, acredito que o modelo dimensional revela-se didaticamente mais conveniente, não apenas porque a constituição do modelo encontra-se mais bem definida e justificada, mas também porque os padrões lógicos adquirem uma definição mais precisa, enquanto movimentos típicos de determinadas amplitudes dimensionais.

Há ainda razões outras que não cabem neste trabalho, algumas das quais mencionadas no livro que publicamos, em 1999, e outras que, embora já sejam evidentes, estão exigindo estudos adicionais. Não tenho, porém, mais dúvidas em afirmar que a participação da lógica na aventura humana está apenas começando.

A condição básica para quem queira aprofundar-se nessa senda é tomar a hipótese do Poder Normativo Universal positivamente, com todas as suas consequências. Isso implica não apenas entender que todos os fenômenos manifestos no mundo sejam criados por esse poder normativo, mas implica admitir igualmente que todos os fenômenos sejam também moldados por esse poder.

Esse Logos é o paradigma, o resto é mera consequência lógica.

Brasília, abril de 2004.

RGR

¹ Utilizando-se o quinto postulado de Euclides (que se refere a um universo que somente admite **uma** paralela a uma reta dada), é possível demonstrar que as questões de curvatura do campo, contempladas pelas geometrias não euclidianas, apontam para universos de diferentes amplitudes dimensionais, sendo que a geometria da superfície da esfera contempla o caso particular de universo que sequer admite a condição reta. O universo de uma dimensão não admite paralela a uma reta dada (porque não tem “espaço” para isso); o de duas dimensões é o universo euclidiano; o universo de três dimensões admite infinitas paralelas a uma reta dada, e o universo de quatro dimensões somente admite paralelas sucessivas. Entre as surpreendentes propriedades desse modelo dimensional de universo, arrola-se a reunião das geometrias em um modelo integrador, posicionando cada uma delas em seu devido lugar, o que restitui à geometria a prerrogativa de expressar a estrutura do universo.

² Essas duas concepções situam-se em posições diametralmente opostas. Nos pontos extremos, uma afirma a imponderabilidade total e a outra a previsibilidade total. Esses dois pontos extremos servem para definir posição, mas são metodologicamente inúteis: se apenas temos de cumprir um destino, não há nada a se fazer, e, se é tudo aleatório, basta confiar na sorte. Felizmente, existem evidências suficientes para se refutar esses dois extremos: os universais não determinam o que você vai comer amanhã no almoço, mas determinam que haverá um amanhã, sem garantir, entretanto, que você ou eu estaremos presentes.

³ A Lógica Transcendental contempla a dicotomia **ser-não-ser**, a Lógica da Diferença coloca a dicotomia estrutural ou simétrica, a Lógica Clássica coloca a dicotomia entre causa e efeito, e a Lógica Dialética, a dicotomia tese-antítese. Acima das dicotomias, porém, uma força superior, de ordem complementar, mantém as tensões dicotômicas sob controle, ensejando, por exemplo, que as rebeldes partículas subatômicas sejam reunidas em certo arranjo estável e viabilizem o advento do átomo e, a partir daí, da molécula, da matéria, dos organismos, dos sistemas planetários etc. Retire-se esse poder integrador e o universo dilui-se em um oceano de partículas livres.

⁴ Sampaio explica que, em presença do terceiro excluído, a negação da negação somente pode restabelecer a afirmação, não sendo possível uma terceira alternativa. Marcelo Celani Barbosa, no capítulo 5 do seu livro, apresenta uma figura indicativa dessa situação: primeiro, um recorte D1 isola um âmbito do resto do mundo; depois, um segundo recorte D2, dentro do âmbito D1, define A. O resultado é que a negação de A (D2) recai em não-A (D1), e a negação de não-A somente pode restabelecer A = não-não-A.